



TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 524

**DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO, URBANIZAÇÃO E MIGRAÇÕES
INTERNAS NO BRASIL**

Fausto Brito

Breno A. T. D. de Pinho

Dezembro de 2015

Universidade Federal de Minas Gerais

Jaime Arturo Ramírez (Reitor)

Sandra Regina Goulart Almeida (Vice-reitora)

Faculdade de Ciências Econômicas

Paula Miranda-Ribeiro (Diretora)

Lizia de Figueirêdo (Vice-diretora)

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar)

Cássio Maldonado Turra (Diretor)

José Irineu Rangel Rigotti (Coordenador do Programa de Pós-graduação em Demografia)

Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira (Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Economia)

Laura Lídia Rodríguez Wong (Chefe do Departamento de Demografia)

Gustavo Britto (Chefe do Departamento de Ciências Econômicas)

Editores da série de Textos para Discussão

Adriana de Miranda Ribeiro (Demografia)

Aline Souza Magalhães (Economia)

Secretaria Geral do Cedeplar

Maristela Dória (Secretária-Geral)

Simone Basques Sette dos Reis (Editoração)

<http://www.cedeplar.ufmg.br>**Textos para Discussão**

A série de Textos para Discussão divulga resultados preliminares de estudos desenvolvidos no âmbito do Cedeplar, com o objetivo de compartilhar ideias e obter comentários e críticas da comunidade científica antes de seu envio para publicação final. Os Textos para Discussão do Cedeplar começaram a ser publicados em 1974 e têm se destacado pela diversidade de temas e áreas de pesquisa.

B862d	Brito, Fausto.
2015	Distribuição espacial da população, urbanização e migrações internas no Brasil / Fausto Brito, Breno A. T. D. de Pinho. - Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2015. 26 f. : il. - (Texto para discussão, 524)
	Inclui bibliografia. ISSN 2318-2377
	1. Brasil - População 2. Urbanização - Brasil. 3. Migração interna - Brasil I. Brito, Fausto. II. Pinho, Breno A. T. D. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. IV. Título. V. Série.
	CDD: 304.60981

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG - JN095/2015

As opiniões contidas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo necessariamente o ponto de vista do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da Faculdade de Ciências Econômicas ou da Universidade Federal de Minas Gerais. É permitida a reprodução parcial deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções do texto completo ou para fins comerciais são expressamente proibidas.

Opinions expressed in this paper are those of the author(s) and do not necessarily reflect views of the publishers. The reproduction of parts of this paper or data therein is allowed if properly cited. Commercial and full text reproductions are strictly forbidden.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL**

**DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO, URBANIZAÇÃO E MIGRAÇÕES
INTERNAS NO BRASIL^{**}**

Fausto Brito

Professor e pesquisador do CEDEPLAR/UFMG – Departamento de Demografia

Breno A. T. D. de Pinho

Doutorando em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG – Bolsista do CNPq

**CEDEPLAR/FACE/UFMG
BELO HORIZONTE
2015**

* Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Popacionais, ABEP, realizado em São Pedro/SP – Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014.

Os autores agradecem a Jarvis Campos, Doutorando em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG, pela colaboração na organização da base de dados.

SUMÁRIO

AS REGIÕES METROPOLITANAS	13
OS MUNICÍPIOS NÃO METROPOLITANOS	20
CONCLUSÕES	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

RESUMO

A rede urbana organiza espacialmente os municípios brasileiros e, suas mudanças, marcam uma economia cada vez mais integrada, incorporando novos espaços, e ao mesmo tempo, assegurando a permanência dos graves e históricos desequilíbrios regionais. Do ponto de vista migratório, a integração hierárquica dos diferentes espaços de influência migratória é nacionalmente comandada pelas regiões metropolitanas de São Paulo, principalmente, e do Rio de Janeiro e de Brasília, combinando-se com hierarquias regionais e estaduais, garantidas pela centralidade das demais regiões metropolitanas e cidades médias. A análise da distribuição espacial da população brasileira entre os mais de cinco mil municípios, articulados pelas migrações internas e organizados por uma exuberante estrutura urbana, é o objetivo deste artigo.

Palavras-chave: distribuição espacial da população; urbanização; metropolização; migrações internas.

ABSTRACT

The urban network spatially organizes the municipalities and their changes, mark an increasingly integrated economy, incorporating new spaces, and at the same time, ensuring the permanence of serious and historical regional imbalances. The immigration point of view , the hierarchical integration of different areas of migratory influence is nationally controlled by the metropolitan regions of São Paulo, mainly , and Rio de Janeiro and Brasilia, combining with regional and state hierarchies , guaranteed by the centrality of the other metropolitan areas and medium-sized cities . Analysis of the spatial distribution of the population of over five thousand cities, linked by internal migration and organized by lush urban structure, is the purpose of this article.

Key words: atial distribution of population; urbanization; metropolization; internal migration

JEL Classification: Y80

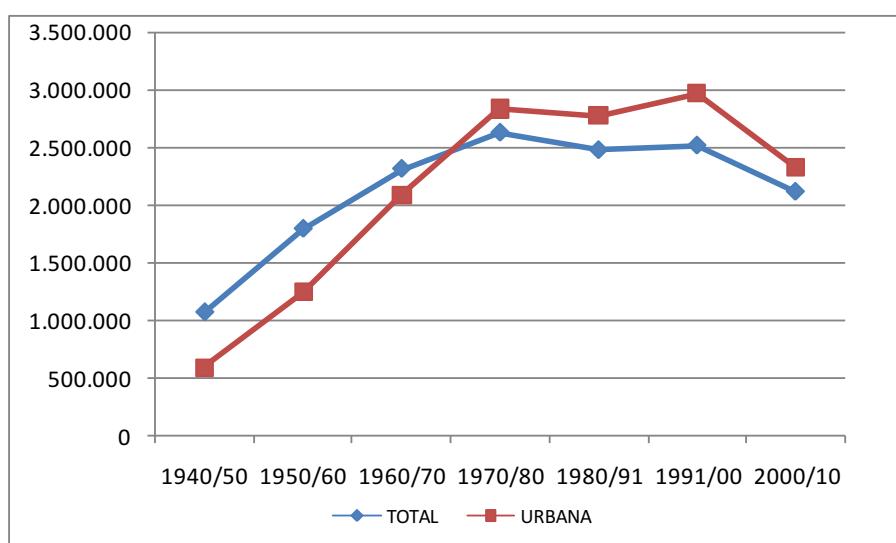
INTRODUÇÃO

Foi somente nos anos sessenta do século passado, no Brasil, que a população urbana ultrapassou a rural. Trata-se, pois, de um fenômeno historicamente recente. Contudo, ainda que tardio, o processo de urbanização foi extremamente acelerado introduzindo uma marcante novidade estrutural na sociedade brasileira: o espaço urbano socialmente construído não só incorpora todas as dimensões do território nacional, mas, também, redefine a cidade como lócus privilegiado da residência da grande maioria da população e das atividades econômicas mais relevantes. Esta construção irreversível de uma sociedade urbana, em um curto espaço de tempo, impôs um novo cenário para o país.

Na segunda metade do século XX, a população urbana passou de 19 milhões para 138 milhões, crescendo a uma velocidade de média anual de 4,1%. Esse acelerado crescimento significou um acréscimo anual médio à população urbana de quase 2,4 milhões de habitantes e fez com que ela se multiplicasse por 7,3 vezes nesse curto espaço de tempo. Essa enorme expansão urbana, dado o decréscimo em termos absolutos da população rural, fez com a população total do Brasil mais do que triplicasse, nessa mesma época, alcançando 170 milhões em 2000 e chegando a 191 milhões em 2010, com um grau de urbanização de 84,4%.

Na fase inicial da urbanização acelerada, o crescimento da população estava fortemente afetado pelas taxas de fecundidade ainda relativamente altas. Elas, de fato, só começam a declinar no final dos anos sessenta e início dos setenta. Mas, sem dúvida o fator determinante da grande expansão urbana foi o grande ciclo de expansão das migrações internas. Somente entre 1960 e o final dos anos oitenta, o auge desse ciclo, estima-se que a migração rural-urbana chegou a 43 milhões, considerando os seus efeitos indiretos, ou seja, os filhos tidos pelos migrantes nas cidades.

GRÁFICO 1
Brasil, Incremento médio da população total e urbana, 1940-2010

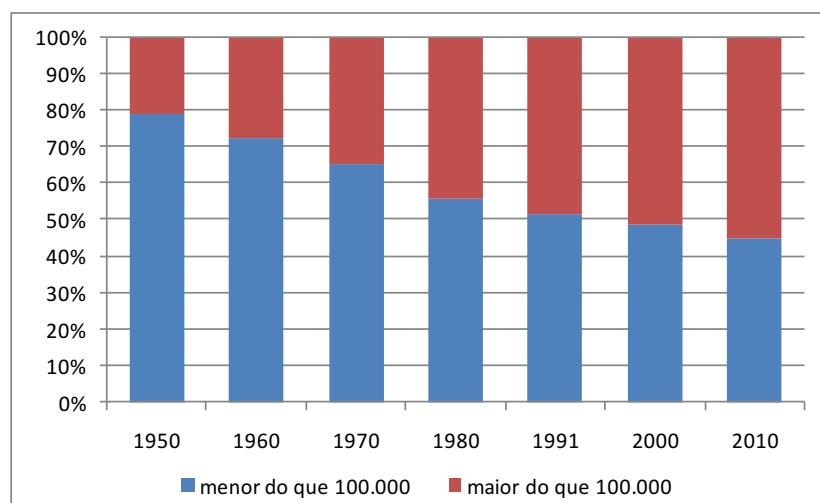


Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2010.

Quando se observa o crescimento da população total e da urbana nota-se que ele começa a se desacelerar já a partir da década de setenta, mesmo se mantendo, ainda, em um patamar muito alto. Mas, o estoque de população urbana acumulado manteve o incremento médio da população urbana e, consequentemente, da população total, em um nível bastante elevado e relativamente estável nos três últimos decênios do século passado. Somente na primeira década deste século que o incremento médio da população urbana e total inicia o seu declínio, mas quando o grau de urbanização já alcançava 84,4% (Gráfico 1)

Além de acelerado, o processo de urbanização provocou uma redistribuição espacial da população favorável aos municípios com mais de 100 mil habitantes: no final do século essa proporção já alcançava mais de 50% (Gráfico 2). O mais notável é que, nesse mesmo período, mais de um terço da população total, 36%, residia nos municípios das quinze mais importantes regiões metropolitanas do país.

GRÁFICO 2
Brasil, Proporção da população residente em municípios maiores e menores de 100 mil habitantes, 1950-2010



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1950 a 2010.

A concentração e a metropolização da população ainda são mais expressivas do ponto de vista da sua ocupação territorial. Os municípios com mais de 100.000 habitantes em 2010, onde residiam 55% da população total e 61% da urbana ocupavam apenas 5,7% do território brasileiro, segundo a FIBGE. Os outros municípios, onde predominam aqueles com menos de 20.000 habitantes, ocupam 94,3 % do território e neles residiam, dispersamente, pouco mais de 86 milhões de habitantes em 2010. Esta coexistência do processo de concentração e de dispersão demográfica é uma consequência da configuração histórica e espacial da economia brasileira com seus fortes desequilíbrios regionais, por um lado, e da grande diversidade de ecossistemas que dominam o território nacional, por outro. A análise da distribuição espacial da população brasileira pelos seus 5.565 municípios, articulados pelas

migrações internas e organizados por uma exuberante estrutura urbana, é o objetivo deste artigo. De fato, são notas de pesquisa referentes a um projeto mais amplo realizado junto com o CNPq.

Em 2010, dividindo os municípios em dois grandes grupos, metropolitanos e não metropolitanos, observa-se que 42% da população total e 48% da urbana residiam nas regiões metropolitanas (Tabela 1). Uma imensa concentração que revela a importância das metrópoles na distribuição espacial da população. A heterogeneidade da distribuição da população não metropolitana pede uma redefinição da sua classificação. Para simplificar a análise e, ao mesmo tempo, satisfazer a necessidade de se compreender melhor o papel dos municípios não metropolitanos com uma população entre 100 e 1.000.000 de habitantes, os únicos com saldos migratórios positivos e certamente onde se encontram as cidades médias, eles foram destacados. Serão, então, neste artigo, dois grupos de municípios não metropolitanos, esses últimos, os médios, e os pequenos, aqueles com população até 100.000 habitantes. O objetivo inicial era trabalhar somente com os municípios não metropolitanos entre 100.000 e 500.000 habitantes, contudo o último censo registra apenas nove municípios com a população entre 500.000 e um milhão de habitantes. Como as suas características migratórias não os diferenciavam dos municípios de 100.000 a 500.000, eles foram incorporados ao grupo dos municípios médios.

TABELA 1

Brasil, número de municípios, população total e urbana, migrantes e saldo migratório, 2010

Classificação dos municípios	Municípios	Populacao total	População urbana	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
até 20.000	3.820	31.616.580	18.909.849	2.486.936	2.686.128	-199.192
20.000 a 50.000	963	28.749.788	19.965.148	1.986.304	2.270.820	-284.516
50.000 a 100.000	268	18.258.795	14.495.290	1.235.862	1.371.803	-135.941
100.000 a 500.000	147	27.169.032	25.112.580	1.986.262	1.724.058	262.204
500.000 a 1.000.000	9	5.306.916	5.176.618	369.735	291.410	78.325
Total não metropolitano	5.207	111.101.111	83.659.485	8.065.099	8.344.219	-279.120
Total metropolitano	358	79.654.688	77.266.307	5.129.292	4.850.179	279.113
Total Brasil	5.565	190.755.799	160.925.792	13.194.391	13.194.398	-

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010.

Antes de prosseguir torna-se importante uma digressão metodológica. A comparação entre os diferentes períodos censitários apresenta o problema da mobilidade dos municípios, ou seja, entre um período e outro eles podem mudar de tamanho e, portanto, alterar a sua classificação entre os estratos considerados. Exemplificando, entre 1991 e 2010, os municípios podem ingressar ou sair do grupo de 100.000 a um milhão de habitantes. Ou, no caso das regiões metropolitanas, elas podem incorporar outros municípios. Estes problemas foram resolvidos pela padronização, considerando a composição dos municípios de cada um dos grupos, em 2010, como padrão. Para corrigir as possíveis distorções geradas pela criação de novos municípios no período analisado foram adotados os ajustes realizados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil,–2013. Como neste artigo serão analisadas as migrações intermunicipais, logicamente, os municípios serão adotados como unidade de análise. Todavia, no caso dos municípios médios e dos metropolitanos, como os graus de urbanização dos dois

grupos têm sido crescentes e, em 2010, já eram, respectivamente, de 93,3% e 97,0%, eles podem ser considerados como uma *proxy* das cidades médias e das cidades metropolitanas.

Analiticamente, uma questão inicial se apresenta: como tem ocorrido a distribuição espacial da população total e da urbana entre os três grandes grupos de municípios aqui considerados? (Tabela 2)

TABELA 2
Brasil, população total e urbana dos municípios pequenos, médios e grandes, 2010

População	Municípios			População Total
	Pequenos	Médios	Metropolitanos	
1991				
População total	68.992.733	19.393.500	58.439.241	146.825.475
População urbana	38.865.474	17.201.621	54.923.895	110.990.990
Grau de urbanização	56,33	88,70	93,98	75,59
2000				
População total	75.157.396	24.619.577	70.095.881	169.872.854
População urbana	47.966.143	22.818.142	67.169.674	137.953.959
Grau de urbanização	63,82	92,68	95,83	81,21
2010				
População total	78.625.163	32.475.948	79.654.688	190.755.799
População urbana	53.370.287	30.289.198	77.266.307	160.925.792
Grau de urbanização	67,88	93,27	97,00	84,36

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010

Em 1991 já se observava que mais da metade da população brasileira residia nos municípios médios e metropolitanos, proporção que chegava próximo a 60% em 2010 (Tabela 2). Levando em conta a distribuição relativa da população entre os três grandes grupos considerados, nota-se certa estabilidade na participação das regiões metropolitanas e uma redução na participação dos municípios pequenos, tanto no que se refere à população total quanto à urbana. Enquanto os municípios médios continuam com uma população muito inferior à dos dois outros grupos ainda que seja notável o seu crescimento. Contudo, as variações na distribuição relativa mantêm evidente a grande hegemonia dos municípios metropolitanos, especialmente, no que se refere à população urbana: neles residiam, nos três períodos analisados, quase a sua metade.

TABELA 3

Brasil, incremento absoluto e relativo e taxa de crescimento da população total dos municípios pequenos, médios e grandes, 2010

Incrementos e taxa	Municípios			População Total
	Pequenos	Médios	Metropolitano	
1991/2000				
Incremento absoluto	6.164.662	5.226.077	11.656.640	23.047.379
Incremento relativo	26,75	22,68	50,58	100,00
Taxa de crescimento	0,96	2,69	2,04	1,63
2000/2010				
Incremento absoluto	3.467.767	7.856.371	9.558.807	20.882.945
Incremento relativo	16,61	37,62	45,77	100,00
Taxa de crescimento	0,45	2,81	1,29	1,17

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010.

Essa posição central das regiões metropolitanas na distribuição espacial da população deixa os municípios médios numa posição secundária, apesar da velocidade do crescimento da sua população ser a mais acelerada e a sua contribuição para o crescimento da população total ter superado a dos pequenos (Tabela 3). Contudo, o estoque populacional dos municípios metropolitanos fez com que a sua contribuição para o incremento populacional total, 46% na primeira década do século XXI, fosse a maior. Os municípios pequenos que eram majoritários, no que se refere à população total, nas duas primeiras décadas, crescem menos aceleradamente e foram responsáveis, na primeira década deste século, pela menor parcela do incremento. Mas, são 5.051 municípios espalhados pelo território brasileiro que sinalizam a heterogeneidade e os desequilíbrios da distribuição espacial da população brasileira.

Essas informações, ainda que muito sugestivas analiticamente, ainda não são suficientes para qualquer afirmação precisa sobre as migrações. Torna-se necessário recorrer diretamente a elas através das informações censitárias (Tabela 4). O indicador tradicional das migrações, o saldo migratório, revela uma enorme redução entre os municípios metropolitanos e um aumento entre os médios, sendo que o saldo desses últimos, 340.529, é superior ao dos primeiros no último censo. O saldo negativo dos municípios pequenos também diminuiu, ainda que permaneça negativo. A novidade que se destaca é que os números de imigrantes e de emigrantes intermunicipais tendem a se aproximar reduzindo os saldos migratórios.

TABELA 4
Brasil, Migrante e saldo migratório dos municípios pequenos, médios e grandes, 2010

Migrantes	Municípios			Total
	Pequenos	Médios	Metropolitanos	
1986/1991				
Imigrante	6.052.472	1.861.600	5.542.188	13.456.260
Emigrante	7.541.164	1.508.445	4.406.610	13.456.219
Saldo Migratório	-1.488.692	353.155	1.135.578	-
1995/2000				
Imigrante	6.311.308	2.110.682	6.149.137	14.571.127
Emigrante	7.312.666	1.848.986	5.409.443	14.571.095
Saldo Migratório	-1.001.358	261.696	739.694	-
2005/2010				
Imigrante	5.709.102	2.355.997	5.129.292	13.194.391
Emigrante	6.328.751	2.015.468	4.850.179	13.194.398
Saldo Migratório	-619.649	340.529	279.113	-

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010.

Entretanto, essas diferenças nos saldos não expressam outro fenômeno importante: nas regiões metropolitanas entraram entre 2005-2010, 39% do total de imigrantes e saíram 37% dos emigrantes intermunicipais, enquanto pelos municípios médios passavam apenas 18% dos imigrantes e 15% dos emigrantes. Sugestivo, também, do ponto de vista analítico, são os municípios considerados pequenos, pois a maior parte dos migrantes intermunicipais chegava ou saía deles e seu volume migratório, imigrantes mais emigrantes, 12.037.853, era maior do que o dos municípios metropolitanos. O que evidencia a importância regional desses municípios do ponto de vista migratório, como será analisado mais à frente.

A realidade indica que as regiões metropolitanas mantêm uma indiscutível importância nas migrações intermunicipais como lugar de destino e de origem dos migrantes relativamente aos municípios médios. Todavia, em função da importância migratória dos municípios pequenos, não se pode ainda estabelecer uma hierarquia entre os grupos de municípios analisados, precisa-se ainda da análise dos fluxos e das trajetórias migratórias. Mas, antes de prosseguir nessa direção, a enorme diversidade territorial da economia e da sociedade brasileira obriga a uma reflexão sobre as dimensões regionais da distribuição espacial da população e das migrações intermunicipais no Brasil (Tabela 5).

TABELA 5

Brasil, Distribuição da população total e urbana, grau de urbanização, migrantes e saldo migratório dos municípios pequenos, médios e grandes, segundo as diferentes regiões e estados, 2010

MUNICÍPIOS	NORTE	NORDESTE SETENTRIONAL	NORDESTE CENTRAL	NORDESTE MERIDIONAL	MINAS GERAIS	ESPIRITO SANTO	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	SUL	CENTRO OESTE
PEQUENOS										
POPULAÇÃO TOTAL	8.279.917	6.340.571	13.775.531	9.319.625	10.350.336	1.275.237	1.713.210	9.079.738	13.065.175	5.425.823
GRAU DE URBANIZAÇÃO	57,40	53,11	60,22	55,73	74,93	62,29	83,00	87,39	73,83	77,56
IMIGRANTE	664.476	315.142	708.643	498.754	671.669	104.362	126.878	778.365	1.166.378	674.435
EMIGRANTE	733.982	517.953	980.768	725.068	753.653	96.048	84.694	618.262	1.194.542	623.781
SALDO	-69.506	-202.811	-272.125	-226.314	-81.984	8.314	42.184	160.103	-28.164	50.654
MÉDIOS										
POPULAÇÃO TOTAL	3.203.183	870.438	2.503.629	2.355.509	4.262.722	552.011	2.441.011	8.037.213	6.242.294	2.007.938
GRAU DE URBANIZAÇÃO	85,73	83,60	87,28	89,51	95,93	86,61	92,78	97,12	95,52	95,71
IMIGRANTE	289.516	50.982	159.955	166.946	270.218	36.827	177.992	524.885	497.058	181.618
EMIGRANTE	208.527	81.641	140.910	185.881	235.611	35.507	121.994	406.299	456.908	142.190
SALDO	80.989	-30.659	19.045	-18.935	34.607	1.320	55.998	118.586	40.150	39.428
METROPOLITANOS										
POPULAÇÃO TOTAL	4.381.354	2.482.140	11.024.718	4.409.789	4.883.970	1.687.704	11.835.708	24.145.248	8.079.422	6.724.635
GRAU DE URBANIZAÇÃO	95,09	84,72	95,41	97,98	98,12	98,30	99,51	98,76	94,72	95,63
IMIGRANTE	260.396	153.809	672.140	272.031	368.950	159.284	466.149	1.469.035	674.353	633.145
EMIGRANTE	235.060	147.771	640.238	248.196	330.055	107.989	546.496	1.516.865	608.661	468.848
SALDO	25.336	6.038	31.902	23.835	38.895	51.295	-80.347	-47.830	65.692	164.297

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010.

Como não houve mudanças substanciais na distribuição regional entre os três períodos analisados, serão considerados somente os dados do último censo. A população residente nos municípios menores que 100.00 habitantes é majoritária na região Norte, em todo o Nordeste e em Minas Gerais. Em outras palavras, neste estado e nas duas grandes regiões que ocupam mais do que dois terços do território brasileiro, temos uma predominância de municípios pequenos com baixos índices de urbanização, exceção de Minas Gerais, e saldos migratórios negativos. Contudo, há neles uma grande concentração dos imigrantes e dos emigrantes de todos os municípios pequenos, muito mais da metade. Nota-se que eles são largamente predominantes em todas as regiões e estados considerados, chegando na região Sul a alcançar o número de 1089. Entre eles, aqueles com menos de 20.000 habitantes, por muitos considerados a real dimensão do rural brasileiro, são responsáveis por 43% dos imigrantes e emigrantes intermunicipais dos municípios pequenos (Tabela 5).

Por outro lado, em todos os agregados regionais ou estaduais analisados, a população das regiões metropolitanas é sempre maior que a dos municípios médios não metropolitanos. Contudo, como pode ser observado, os municípios médios não metropolitanos são apenas 156 e neles residiam em 2010 a menor parcela da população do país, somente 17%. Nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, nas suas regiões metropolitanas, a população residente e o movimento migratório eram superiores à soma dos outros dois grupos analisados.

Essas informações sugerem como a distribuição espacial da população reflete os grandes desequilíbrios regionais que ainda permanecem agudos no Brasil e, do mesmo modo, as grandes diferenças na ocupação demográfica do território. Essas diferenças obedecem, também, às condições impostas pelos grandes ecossistemas brasileiros que se destacam, especialmente, nas regiões Norte e Centro Oeste. Nelas, a expansão da fronteira agrícola e mineral, em especial, nas quatro últimas décadas, foi determinante na distribuição espacial da população. A região Sul do país, onde a expansão da fronteira, no norte do Paraná, foi anterior, também se destaca pelo maior número de municípios não metropolitanos e pela a maior população neles residentes. Certamente, essa situação é reflexo de uma vigorosa economia agrícola e da transformação agroindustrial que se espalha pelo seu território redimensionado o seu espaço não metropolitano.

AS REGIÕES METROPOLITANAS

Há uma predominância dos municípios das regiões metropolitanas: neles residiam as maiores parcelas da população total e urbana, são os que mais contribuem para o crescimento populacional e o volume de migrantes que passavam pelos seus 358 municípios, apesar de terem diminuído nas duas últimas décadas, continuavam muito expressivos: mais de um terço dos imigrantes e emigrantes intermunicipais de todo o país segundo o último censo.

TABELA 6
Brasil, Regiões Metropolitanas, Origem e destino dos migrantes, 2010

Migrantes	Imigrante	Emigrante	Imigrante (%)	Emigrante (%)
Mesmo estado	1.300.335	1.284.155	41,32	44,70
Outros estados	1.847.017	1.584.076	58,68	55,23
TOTAL	3.147.352	2.868.231	100,00	100,00

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010.

Considerando a composição dos migrantes metropolitanos, nota-se que a procedência e o destino deles são em maior parte de outros estados, revelando a importância das regiões metropolitanas na hierarquia da rede de cidades (Tabela 6). Há uma parcela não considerada de migrantes que transitam dentro das regiões metropolitanas, 1.981.948, segundo o último censo, chamados intrametropolitanos. Não é o objetivo deste artigo analisar este movimento nada desprezível, apesar de que 36% dele ocorre somente dentro das regiões de São Paulo e do Rio de Janeiro. O mais relevante neste momento é conseguir indicadores que especifiquem a importância relativa dessas regiões em relação aos municípios não metropolitanos, o que pede, a princípio, a avaliação de algumas das suas características migratórias básicas.

Há uma significativa diferença entre as regiões metropolitanas segundo o tamanho de suas populações. Trata-se do resultado do grande ciclo de expansão das migrações internas no Brasil, onde São Paulo, principalmente, e o Rio de Janeiro eram as grandes mecas dos migrantes (Tabela 7). Desse modo, somente em São Paulo reside um quarto da população do conjunto das regiões metropolitanas. Se somarmos a do Rio de Janeiro, a proporção chega a 40%. A velocidade do crescimento da população delas está bem abaixo da média, entretanto as duas contribuem com quase um terço de todo o crescimento da população metropolitana. Algumas outras regiões crescem mais aceleradamente que elas, algumas até com contribuições significativas para o incremento da população metropolitana total, contudo, nenhuma delas tem a possibilidade de alcançar o tamanho das duas regiões mais importantes. A razão é estritamente demográfica, não existe mais crescimento vegetativo da população e, consequentemente, volume migratório suficiente para que qualquer outra região metropolitana venha ter o estoque populacional atual do Rio de Janeiro e, muito menos, o de São Paulo.

TABELA 7
Brasil, Regiões Metropolitanas, População total, crescimento, incremento, migrantes, 2010

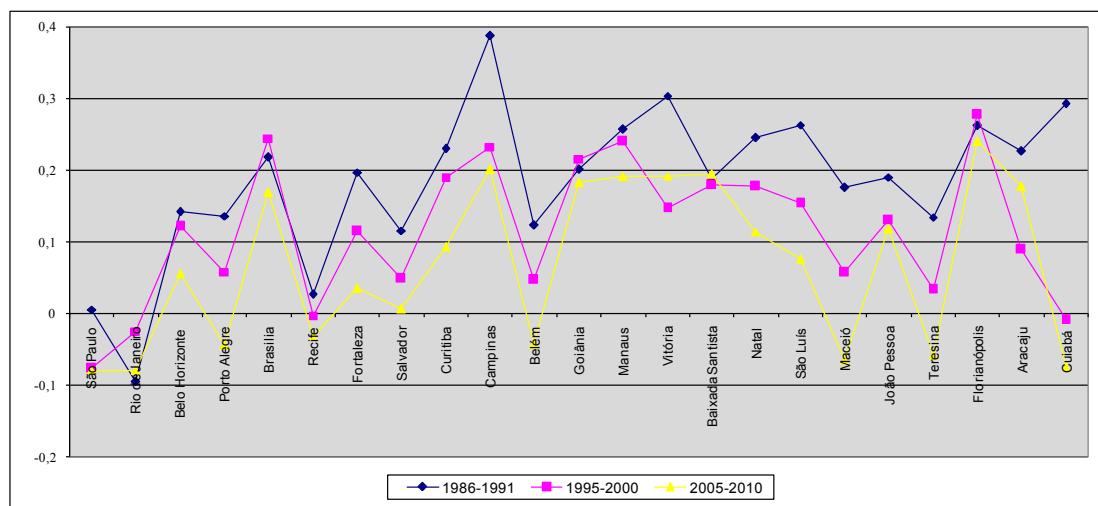
Regiões Metropolitanas	População total	Crescimento médio anual 2000/2010	Participação no incremento 2000/2010	Imigrante 2005-2010	Emigrante 2005-2010	Saldo migratório
São Paulo	19.683.975	0,97	18,87	1.062.577	1.245.135	-182.558
Rio de Janeiro	11.835.708	0,86	10,11	466.149	546.496	-80.347
Belo Horizonte	4.883.970	1,15	5,50	368.950	330.055	38.895
Porto Alegre	3.978.470	0,63	2,53	285.032	311.519	-26.487
Brasília	3.717.728	2,33	8,00	340.247	241.678	98.569
Recife	3.690.547	1,01	3,69	213.575	227.725	-14.150
Fortaleza	3.615.767	1,69	5,85	185.422	172.747	12.675
Salvador	3.573.973	1,37	4,75	200.682	198.313	2.369
Curitiba	3.223.836	1,37	4,29	270.273	224.160	46.113
Campinas	2.797.137	1,81	4,80	240.370	159.793	80.577
Belém	2.275.032	1,43	3,16	141.507	154.344	-12.837
Goiânia	2.173.141	2,23	4,50	240.662	166.420	74.242
Manaus	2.106.322	2,50	4,82	118.889	80.716	38.173
Vitória	1.687.704	1,61	2,61	159.284	107.989	51.295
Baixada Santista	1.664.136	1,20	1,96	166.088	111.937	54.151
Natal	1.361.445	1,85	2,39	124.978	99.380	25.598
São Luís	1.331.181	2,00	2,50	94.873	81.537	13.336
Maceió	1.200.686	1,55	1,79	67.230	76.557	-9.327
João Pessoa	1.156.273	1,66	1,83	80.935	63.829	17.106
Grande Teresina	1.150.959	1,33	1,49	58.936	66.234	-7.298
Florianópolis	877.116	2,14	1,75	119.048	72.982	46.066
Aracaju	835.816	2,15	1,68	71.349	49.883	21.466
Cuiabá	833.766	1,39	1,13	52.236	60.750	-8.514
TOTAL	79.654.688	1,29	100,00	5.129.292	4.850.179	279.113

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010.

A posição hierárquica das regiões metropolitanas não se apresenta somente pelo tamanho da população, mas pelas migrações. Assim, a hierarquia fica ainda mais reforçada: 21% do total dos imigrantes metropolitanos chegam à São Paulo e 26% dos emigrantes saem de lá. Se, mais uma vez se somarmos a região do Rio de Janeiro, os números passam para 30% e 37% respectivamente. Interessante, essas duas regiões têm saldo migratório negativo, junto como outras sete, ao contrário da grande maioria, 16, que tem saldos positivos.

O saldo migratório é um atributo importante, mas a sua relevância como indicador das migrações tem sido relativizado porque o número de imigrantes e o número de emigrantes têm apresentado uma tendência a se aproximarem reduzindo o seu tamanho. Isso pode ser evidenciado pelo índice de eficácia migratória medido para os três últimos censos demográficos. Segundo ele, quando o seu valor estiver mais perto de zero, mais o número de imigrantes e de emigrantes se aproximam. Salvo poucas exceções, a curva com os índices para as diversas regiões metropolitanas, está muito mais próxima de zero no último período analisado do que nos dois anteriores (Gráfico 3).

GRÁFICO 3
Brasil, Regiões Metropolitanas, Índice de eficácia migratória para
1986-1991, 1995-2000, 2005-2010



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010.

Para o objetivo deste artigo, é muito importante compreender o espaço de influência migratória das regiões metropolitanas, o que pode ser medido pela estrutura de fluxos de cada uma delas. Para uma primeira aproximação, os imigrantes e os emigrantes serão divididos em intra e interestaduais e as regiões metropolitanas foram classificadas segundo a porcentagem de imigrantes de outros estados (Tabela 8). No seu conjunto, como mencionado, 59% dos imigrantes e 55% dos seus emigrantes são interestaduais, o que confere a elas, na média, uma influência predominantemente interestadual.

Segundo a classificação, aparece um primeiro grupo, ao qual pertence a maioria das regiões, que tem mais da metade de imigrantes e emigrantes interestaduais. O caso limite é Goiânia, que tem 70% de imigrantes e quase 50% de emigrantes. Há ainda um segundo grupo, com quatro regiões, Maceió, Salvador, São Luís e Natal que têm imigrantes prioritariamente intra-estaduais, mas emigrantes em sua maioria interestaduais. No caso, Natal é, também, um caso limite onde os emigrantes intra e interestaduais são praticamente divididos em proporções semelhantes. O terceiro grupo é composto por Campinas e pela Baixada Santista, Fortaleza, Belo Horizonte, Belém e Porto Alegre, cujos imigrantes e emigrantes são majoritariamente intra-estaduais.

Ainda que essa classificação inicial seja um bom ponto de partida, a opção de eleger uma única variável como referência – migrantes interestaduais ou não – pode colocar em um mesmo grupo algumas regiões cujos espaços de influência migratória não são semelhantes. Como exemplos, que serão abordados mais à frente, podem ser citados as regiões de São Paulo e Florianópolis que participam de um mesmo grupo, mas não têm o mesmo espaço de influência migratória.

TABELA 8
Brasil, Regiões Metropolitanas classificadas
segundo a porcentagem dos imigrantes interestaduais, 2010

Regiões Metropolitanas	Migrantes interestaduais	
	Imigrante	Emigrante
Brasília	87,13	78,29
Rio de Janeiro	81,35	62,71
São Paulo	79,76	53,99
Vitória	70,22	62,58
Goiânia	68,69	48,35
Florianópolis	65,97	53,85
Teresina	59,99	78,72
Manaus	59,49	65,38
João Pessoa	58,97	65,01
Aracaju	57,27	60,68
Curitiba	55,07	56,42
Cuiabá	52,38	53,84
Recife	51,09	63,57
Maceio	44,66	69,12
Salvador	32,35	50,54
São Luis	30,35	60,27
Natal	47,09	49,76
Campinas	47,30	40,90
Fortaleza	36,69	47,09
Baixada Santista	32,16	43,92
Belo Horizonte	31,80	42,09
Belém	30,71	47,50
Porto Alegre	28,12	41,41

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010.

Para melhor definição desses espaços, torna-se fundamental analisar a estrutura de fluxos de cada uma das regiões metropolitanas. Infelizmente, as exigências de tamanho deste artigo, impedem que seja analisada cada uma delas separadamente. Serão escolhidas algumas que servirão de referência para a classificação das demais segundo os seus respectivos espaços de influência migratória.

Começando com as regiões de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília (Tabela 9). A primeira está plenamente inserida nas trajetórias migratórias que se mantém desde os anos sessenta do século passado, início do grande ciclo de expansão das migrações internas. Elas articulavam, principalmente, os dois grandes reservatórios de força de trabalho, o Nordeste e Minas Gerais, com as principais regiões de crescimento da economia urbana industrial e de expansão da fronteira agrícola e mineral. Para a região metropolitana de São Paulo, através dessas trajetórias, se movimentaram e ainda se movimentam uma grande quantidade de migrantes. Segundo o último censo, mais da metade dos seus imigrantes intermunicipais são provenientes do Nordeste e, acrescentando Minas Gerais, essa proporção alcança 64%. Outros estados e regiões também colaboram com o seu volume de imigrantes e mesmo o seu interior, mas o mais importante é que a dimensão nacional do espaço migratório da região metropolitana de São Paulo se dá pelas suas articulações com outros estados e regiões através das trajetórias migratórias que persistem há décadas.

TABELA 9

Brasil, Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, origem dos imigrantes e destino dos emigrantes, porcentagem e total absoluto, 2010

Origem/Destino	São Paulo		Rio de Janeiro		Brasília	
	IMIG	EMIG	IMIG	EMIG	IMIG	EMIG
Mesmo estado	20,24	46,01	18,65	37,29	12,87	21,71
Norte	1,69	1,34	4,22	3,71	6,88	7,63
Nordeste Setentrional	7,84	2,71	5,64	1,81	23,62	13,12
Nordeste Central	23,55	13,30	27,37	14,88	11,16	12,06
Nordeste Meridional	23,58	9,78	8,60	4,58	12,84	8,47
Minas Gerais	9,36	9,50	10,01	9,31	13,07	13,21
Espirito Santo	0,58	0,84	3,76	4,87	0,59	1,44
Rio de Janeiro	4,26	3,03	0,00	0,00	5,67	5,91
São Paulo	0,00	0,00	10,89	10,99	6,74	8,77
Sul	5,96	9,35	5,37	6,35	4,75	5,81
Centro Oeste	2,94	4,13	5,49	6,22	1,80	1,87
Total outros estados	79,76	53,99	81,35	62,71	87,13	78,29
TOTAL	591.979	774.538	229.017	309.371	238.095	139.516

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010.

Na análise dos emigrantes, aparecem dois outros fenômenos. O primeiro é que nas trajetórias migratórias há um fluxo contrário que nas últimas décadas tem se apresentado com um número relevante: mais de um quarto dos emigrantes da região de São Paulo e se dirigem para o Nordeste e, acrescentando os que vão para Minas, a porcentagem chega a quase 40%. Esta aproximação do número de imigrantes e do de emigrantes não é o resultado de uma homogeneidade do espaço migratório, como em muitos países desenvolvidos, pelo contrário, é a manutenção dos graves desequilíbrios sociais e regionais que mantêm vigorosas a clássicas trajetórias migratórias como a que articula o Nordeste com São Paulo.

O outro fenômeno é que uma grande parte dos seus emigrantes se orienta para o interior do próprio estado. A desconcentração espacial das atividades econômicas e o vigor da economia agroindustrial são responsáveis pela criação de novas oportunidades migratórias no interior do próprio estado de São Paulo, inclusive nas suas duas outras regiões metropolitanas, Campinas e a Baixada Santista. Apesar da emigração em direção ao seu próprio interior, a região metropolitana de São Paulo, pela sua centralidade nas trajetórias migratórias, é um espaço migratório nacional por excelência.

O mesmo, em menor proporção, pode ser dito da região metropolitana do Rio de Janeiro. Também inserida nas trajetórias migratórias, os seus imigrantes são, na sua maioria, provenientes do Nordeste e de Minas Gerais, ainda que possam ser encontrados no Centro-Oeste e em outros estados e regiões em uma porcentagem menor. Quanto aos emigrantes, também o interior do estado aparece como uma alternativa relevante, mas quase um terço dos seus emigrantes se dirigem para o Nordeste e Minas Gerais. A proximidade das duas maiores regiões metropolitanas, com fácil acesso pelos meios de transporte, faz com que 11% dos imigrantes e emigrantes da região do Rio de Janeiro tenham como origem ou destino São Paulo.

Outra região metropolitana que se destaca pela maior proporção de imigrantes e emigrantes de outros estados é Brasília. Ela também se insere nas tradicionais trajetórias migratórias que articulam a

região da capital federal com o Nordeste, principalmente com o Setentrional desde a sua construção na segunda metade da década de cinquenta. Cerca de 60% dos seus imigrantes vieram do Nordeste ou de Minas Gerais, ainda que se possam encontrá-los, em menor proporção, tendo com origem o Rio de Janeiro, São Paulo e o Tocantins e o Pará na região Norte. Há uma coincidência entre as regiões ou estados que são a origem dos seus imigrantes e os que são destino dos seus emigrantes, apenas em porcentagem menor, mostrando a importância dos contra-fluxos nas trajetórias migratórias. Brasília, também, apresenta como São Paulo e o Rio de Janeiro uma posição central nas trajetórias migratórias que lhe confere um espaço de influência migratória de dimensão nacional.

As demais regiões metropolitanas do primeiro e do segundo grupo, ou seja, aquelas com predominância de imigrantes e emigrantes interestaduais ou somente de emigrantes interestaduais têm um espaço migratório predominantemente regional, ainda que com algumas especificidades. Seria importante, analiticamente, dar mais alguns exemplos (Tabela 10). A região de Florianópolis, apesar do seu expressivo saldo migratório positivo, mostra uma influência migratória restrita, principalmente, à região Sul e ao estado de São Paulo. Curitiba, também pertencente ao Sul do país, tem a mesma interação migratória.

Recife, do mesmo modo, tem um espaço migratório principalmente regional, mas com uma novidade, está vinculada às trajetórias migratórias que articulam o Nordeste com São Paulo e o Rio de Janeiro. Esta é a mesma situação das outras regiões nordestinas como João Pessoa, Aracaju, Maceió e Natal. Este vigor dessas trajetórias mostra a posição hierárquica hegemônica de São Paulo, principalmente, mas também do Rio de Janeiro

No segundo grupo, aqueles cujas regiões com imigrantes predominantemente intraestaduais e emigrantes interestaduais, Salvador tem semelhanças com as outras regiões metropolitanas nordestinas, porém com uma predominância de imigrantes de seu próprio estado. Seus vínculos migratórios regionais são com o Nordeste Central, mas, tanto na imigração e principalmente na emigração, mostra-se, também, articulada às trajetórias migratórias tradicionais.

TABELA 10
Brasil, Regiões Metropolitanas de Florianópolis, Recife e Salvador, origem dos imigrantes e destino dos emigrantes, porcentagem e total absoluto, 2010

Origem/Destino	Florianópolis		Recife		Salvador	
	IMIG	EMIG	IMIG	EMIG	IMIG	EMIG
Mesmo estado	34,03	46,15	48,91	36,43	67,65	49,46
Norte	1,58	1,50	3,28	3,43	1,19	1,58
Nordeste Setentrional	0,82	0,32	1,94	1,79	1,05	1,09
Nordeste Central	2,10	1,81	14,65	19,32	7,90	7,33
Nordeste Meridional	2,90	1,00	5,42	5,16	3,05	4,58
Minas Gerais	1,04	2,30	1,98	1,53	1,48	3,15
Espirito Santo	0,29	0,29	0,38	0,21	0,61	1,65
Rio de Janeiro	2,50	4,06	6,24	6,34	4,44	7,14
São Paulo	9,81	11,40	11,83	17,65	8,58	16,24
Sul	40,35	26,11	2,88	2,98	2,38	3,59
Centro Oeste	4,56	5,07	2,49	5,15	1,68	4,19
Total outros estados	65,97	53,85	51,09	63,57	32,35	50,54
TOTAL	86.689	40.620	98.606	112.760	137.211	134.844

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010.

São Luís, na região Nordeste Setentrional, do mesmo modo, se relaciona do ponto de vista das imigrações majoritariamente com o seu interior, mas do ponto de vista dos emigrantes crescem as suas interações com as regiões Norte e Centro Oeste e com os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, como uma região tipicamente nordestina (Tabela 11). Teresina, também no Nordeste Setentrional, tem uma interação migratória com a sua mesma região e com o Centro Oeste, mas, tanto na imigração, principalmente, quanto na emigração, são expressivas as suas relações com o estado de São Paulo.

TABELA 11

Brasil, Regiões Metropolitanas de São Luiz, Campinas e Belo Horizonte, origem dos imigrantes e destino dos emigrantes, porcentagem e total absoluto, 2010

Origem/Destino	São Luiz		Campinas		Belo Horizonte	
	IMIG	EMIG	IMIG	EMIG	IMIG	EMIG
Mesmo estado	69,65	39,73	52,70	59,10	68,20	57,91
Norte	6,52	15,40	1,32	1,79	1,70	2,99
Nordeste Setentrional	4,09	2,52	5,26	1,07	1,03	0,73
Nordeste Central	4,84	5,45	8,64	4,12	2,72	2,10
Nordeste Meridional	1,98	1,09	8,29	3,53	6,62	3,57
Minas Gerais	1,29	2,24	10,93	10,10	0,00	0,00
Espírito Santo	0,08	0,52	0,41	0,68	2,90	6,34
Rio de Janeiro	2,91	5,94	1,93	2,07	3,75	6,13
São Paulo	4,28	10,22	0,00	0,00	8,25	11,95
Sul	1,17	2,05	7,75	12,04	2,20	2,85
Centro Oeste	3,18	14,83	2,77	5,50	2,63	5,43
Total outros estados	30,35	60,27	47,30	40,90	31,80	42,09
TOTAL	71.058	57.726	177.505	96.932	184.922	146.024

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010.

No último grupo, onde as regiões metropolitanas têm a maioria de imigrantes e emigrantes dos seus próprios estados, o caso de Campinas é importante. Ela convive com duas outras regiões metropolitanas dentro do seu próprio estado e tem com elas, em especial, com a de São Paulo, fortes interações migratórias. Além do mais, assim como a Baixada Santista, reproduz as migrações que são típicas do estado de São Paulo com o Nordeste, Minas Gerais e o Paraná. Belo Horizonte é outra região metropolitana cujo espaço de influência migratório é predominantemente estadual. Suas interações migratórias, que ultrapassam os limites do seu estado, são principalmente com a região Sudestes, em especial com São Paulo, como seria de se esperar em função da posição importante de Minas Gerais nas clássicas trajetórias migratórias.

As outras regiões desse grupo, com espaços migratórios predominantemente estaduais, merecem algumas considerações. Belém, na região Norte, interage com a sua própria região e com Nordeste Setentrional, mas mantém vínculos com São Paulo e com o Rio de Janeiro, em especial, quanto aos seus emigrantes. Porto Alegre restringe as suas relações interestaduais, como as demais regiões metropolitanas do Sul, com a sua própria região e São Paulo.

Em síntese, as regiões metropolitanas com uma esfera de influência migratória nacional são a de São Paulo, particularmente, mas, também, as do Rio de Janeiro e de Brasília. As outras têm uma

esfera de influência basicamente regional, ainda que, algumas se vinculem nacionalmente através das trajetórias migratórias tradicionais, como é o caso, especialmente, das regiões metropolitanas do Nordeste

OS MUNICÍPIOS NÃO METROPOLITANOS

Apesar de não terem o mesmo peso demográfico das regiões metropolitanas, os municípios médios tiveram um notável crescimento na última década, bem acima da média nacional, e sua participação no incremento da população total, 38%, superou a dos municípios pequenos, ao contrário do que acontecia no último decênio do século XX. Com um saldo migratório positivo, o seu volume migratório é relativamente expressivo, levando em conta que a sua população não chega nem mesmo à metade de cada um dos outros dois grupos de municípios analisados neste artigo.

A distribuição espacial desses municípios, ou das cidades médias, como podem ser considerados pelos seus altos índices de urbanização, está relativamente concentrada em São Paulo onde reside um quarto da sua população (Tabela 12). Mas, também, devem ser mencionadas, além do estado de Minas Gerais, as regiões Sul e Centro Oeste. Estas duas apresentaram as mais altas taxas de crescimento populacional das cidades médias e, em conjunto, foram responsáveis por 32% do seu incremento. Isoladamente, somente o estado de São Paulo chegou a ultrapassá-las. Os dois estados e as duas regiões citadas responderam por 66% do crescimento da população das cidades médias. Ainda que o saldo migratório seja positivo em todas as regiões ou estados, exceção do Nordeste Meridional e do Setentrional, há, também, uma razoável concentração dos imigrantes e emigrantes. Mais uma vez, considerando os dois estados e as duas regiões com as maiores contribuições para o crescimento da população das cidades médias, nelas chegaram 67% dos imigrantes e saíram 65% dos emigrantes.

TABELA 12

Brasil, municípios médios, população total, crescimento e incrementos médios anuais, imigrantes e emigrantes, segundo as regiões e estados, 2010

Regiões/Estados	População total 2010	Crescimento médio 2000/2010	Participação no incremento 2000/2010	Imigrante	Emigrante	Saldo
Norte	3.203.183	4,94	15,59	289.504	208.522	80.982
Nordeste Setentrional	870.438	3,56	3,27	50.979	81.644	-30.665
Nordeste Central	2.503.629	2,61	7,23	159.958	140.904	19.054
Nordeste Meridional	2.355.509	2,43	6,39	166.940	185.879	-18.939
Minas Gerais	4.262.722	2,69	12,64	270.224	235.603	34.621
Espírito Santo	552.011	3,27	1,93	36.823	35.505	1.318
Rio de Janeiro	2.441.011	2,53	6,87	177.992	121.994	55.998
São Paulo	8.037.213	2,43	21,82	524.883	406.299	118.584
Sul	6.242.294	2,32	16,30	497.051	456.894	40.157
Centro Oeste	2.007.938	3,80	7,95	181.614	142.191	39.423
TOTAL	32.475.948	2,81	100,00	2.355.968	2.015.435	340.533

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010;

Nota: Para população municipal, utilizam-se os dados de PNUD, IPEA e FJP (2013).

Ao contrário das regiões metropolitanas, as cidades médias têm a maior parte de seus imigrantes e emigrantes com origem e destino no próprio estado, indicando que os seus espaços de influência migratória são mais restritos do que os das regiões metropolitanas (Tabela 13). As exceções quanto aos imigrantes são as regiões Norte e a Centro-Oeste e quanto aos emigrantes o Nordeste Setentrional e o Meridional.

TABELA 13
Brasil, municípios médios, migrantes do mesmo estado,
segundo regiões e estados, 2010

Regiões/Estados	Migrantes do mesmo estado	
	Imigrantes	Emigrantes
Norte	41,65	50,12
Nordeste Setentrional	50,17	34,44
Nordeste Central	62,20	51,57
Nordeste Meridional	66,29	47,53
Minas Gerais	64,14	59,78
Espírito Santo	56,00	72,98
Rio de Janeiro	70,92	71,34
São Paulo	69,73	72,10
Sul	60,32	64,89
Centro Oeste	48,60	57,84
TOTAL	60,72	60,49

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010.

Alguns exemplos são importantes para as análises desenvolvidas neste artigo, em especial, aqueles estados e regiões onde mais crescem as cidades médias (Tabelas 14). O estado de São Paulo é o que mais contribui para o crescimento das cidades médias, contudo os seus imigrantes que mais contribuem para isso são, em 70%, do próprio estado. É ele mesmo que alimenta demograficamente as suas cidades médias e, quando não o faz, recorre aos estados vizinhos como Minas Gerais e o Paraná. No caso dos emigrantes, a situação é semelhante, eles têm como destino o mesmo estado ou os vizinhos. As trajetórias migratórias nacionais não deixam de assinalar a sua presença, alguns imigrantes procedem do Nordeste, da Bahia e de estados do Nordeste Central.

TABELA 14
Brasil, municípios médios dos estados de São Paulo e Minas Gerais, e das regiões Norte e Sul, imigrantes e emigrantes, 2010

Estados /Regiões	São Paulo		Minas Gerais		Região Norte		Região Sul	
	Imigrante	Emigrante	Imigrante	Emigrante	Imigrante	Emigrante	Imigrante	Emigrante
Mesmo estado	69,73	72,10	64,14	59,78	41,65	50,12	60,32	64,89
Norte	1,12	1,35	1,56	2,18	21,46	20,68	1,44	1,50
Nordeste Setentrional	1,90	0,46	1,65	0,38	14,59	5,54	0,38	0,18
Nordeste Central	5,03	2,63	2,76	1,34	3,56	3,56	1,60	0,93
Nordeste Meridional	4,13	1,88	2,67	1,95	1,35	0,93	1,19	0,60
Espírito Santo	0,34	0,50	1,33	3,54	0,30	0,48	0,15	0,17
Minas Gerais	7,49	6,82	0,00	0,00	2,19	2,02	1,13	1,02
Rio de Janeiro	1,78	1,69	5,04	5,21	1,04	1,03	1,66	1,10
São Paulo	0,00	0,00	12,61	13,80	2,89	2,33	9,77	6,89
Sul	5,44	7,73	1,60	2,76	2,82	2,52	19,07	18,76
Centro Oeste	3,04	4,85	6,64	9,06	8,14	10,79	3,28	3,96
Outros estados	30,27	27,90	35,86	40,22	58,35	49,88	39,68	35,11
Total	524.883	406.299	270.224	235.603	289.504	208.522	497.051	456.894

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010.

Em Minas Gerais, também, os imigrantes, quando não procedem de seu próprio estado, têm origem nos estados fronteiriços como São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás. Os emigrantes, do mesmo modo, buscam esses mesmos estados. O espaço migratório das cidades médias de Minas, assim como as de São Paulo, na sua imensa maioria, não ultrapassa os estados vizinhos. As cidades médias da região Norte, que tem mais imigrantes de outros estados, vão buscá-los, principalmente, em outros estados da sua própria região ou nos estados das regiões vizinhas, especialmente, no Maranhão e Goiás. O destino dos seus emigrantes pertence à mesma geografia. A região Sul segue o mesmo padrão, também tem os seus imigrantes e emigrantes majoritariamente restritos à sua própria região e à São Paulo. Em síntese, o que se encontra para os estados e regiões que serviram de exemplos, pode ser generalizado: as cidades médias têm o seu espaço de influência migratória fundamentalmente definido pelo próprio estados e pelos estados vizinhos.

Os municípios pequenos, ao contrário das regiões metropolitanas e das cidades médias, não podem ser considerados como proxy das cidades pequenas, pois o seu grau de urbanização é relativamente baixo, 68%, neles ainda residem pouco mais de 25 milhões de pessoas na área rural, segundo a definição do IBGE. A população desses municípios está mais concentrada no Nordeste Central e na região Sul, ainda que Minas Gerais, São Paulo e a região Norte tenham, também, uma participação relativa expressiva. São marcantes as taxas baixíssimas de crescimento populacional, muito aquém da média nacional. As regiões Norte e a Centro Oeste e as duas subdivisões do Nordeste, o Setentrional e o Central, dão conta de 83% do incremento populacional de todos os municípios pequenos, apesar de todas elas terem saldo migratório negativo, exceção da Centro-Oeste (Tabela 15).

TABELA 15

Brasil, municípios pequenos, população total, crescimento e incrementos médios anuais, imigrantes e emigrantes, segundo as regiões e estados, 2010

Regiões/Estados	População total 2010	Crescimento médio 2000/2010	Participação no incremento 2000/2010	Imigrante	Emigrante	Saldo
Norte	8.279.917	1,25	27,87	664.493	733.990	-69.497
Nordeste Setentrional	6.340.571	0,92	15,96	315.151	517.952	-202.801
Nordeste Central	13.775.531	0,63	24,16	708.628	980.761	-272.133
Nordeste Meridional	9.319.625	0,11	2,84	498.760	725.083	-226.323
Minas Gerais	10.350.336	0,16	4,71	671.680	753.663	-81.983
Espírito Santo	1.275.237	0,13	0,48	104.349	96.050	8.299
Rio de Janeiro	1.713.210	0,55	2,64	126.873	84.694	42.179
São Paulo	9.079.738	0,07	1,78	778.372	618.256	160.116
Sul	13.065.175	0,14	5,07	1.166.366	1.194.525	-28.159
Centro Oeste	5.425.823	0,98	14,49	674.421	623.773	50.648
TOTAL	78.625.163	0,45	100,00	5.709.093	6.328.747	-619.654

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010.

Nota: Para população municipal, utilizam-se os dados de PNUD, IPEA e FJP (2013).

Tanto os imigrantes quanto os emigrantes dos municípios pequenos são em maior número do que os dos outros dois grupos, as cidades médias e as regiões metropolitanas, e se concentram mais na região Sul, praticamente um quinto deles, no Nordeste Central, no estado São Paulo e nas Regiões Norte e Centro Oeste. O saldo migratório negativo é predominante, somente nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo e na região Centro Oeste eles são positivos. Os seus imigrantes e emigrantes, ainda em proporção maior do que os das cidades médias, são intra-estaduais. Somente os emigrantes do Nordeste Setentrional constituem uma exceção. (Tabela 16).

TABELA 16

Brasil, municípios pequenos, migrantes do mesmo estado, segundo regiões e estados, 2010

Regiões/Estados	Migrantes do mesmo estado	
	Imigrante	Emigrante
Norte	69,55	68,89
Nordeste Setentrional	68,19	47,50
Nordeste Central	68,34	58,21
Nordeste Meridional	70,24	56,41
Minas Gerais	67,70	77,27
Espírito Santo	65,89	70,16
Rio de Janeiro	79,94	80,28
São Paulo	73,33	78,93
Sul	75,48	76,92
Centro Oeste	64,43	72,37
TOTAL	70,45	67,32

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010.

No geral, os municípios pequenos, como as cidades médias, também se caracterizam por um espaço migratório espacialmente restrito aos seus estados, quando ultrapassam os seus próprios limites, geralmente, não vão além dos estados vizinhos (Tabela 17). As regiões Norte e Sul se constituem em notáveis evidências desse fenômeno. Há uma razoável semelhança dos espaços de influência migratória dos municípios pequenos e médios, até mesmo, aqueles pertencentes aos estados articulados às clássicas trajetórias migratórias, também ampliam os seus espaços migratórios através delas, ainda que para uma parcela pequena de migrantes. É o caso de São Paulo e do Nordeste Setentrional, mas poderia ser generalizado para os outros estados do Nordeste e para Minas Gerais.

TABELA 17

Brasil, municípios pequenos do estado de São Paulo e das regiões Norte, Sul e Nordeste Setentrional, imigrantes e emigrantes, 2010

Estados /Regiões	São Paulo		Sul		Norte		Nordeste Setentrional	
	Imigrante	Emigrante	Imigrante	Emigrante	Imigrante	Emigrante	Imigrante	Emigrante
Mesmo estado	73,33	78,93	75,48	76,92	69,55	68,89	68,19	47,50
Norte	0,64	0,70	0,70	0,75	9,26	12,10	9,27	13,72
Nordeste Setentrional	2,73	0,57	0,22	0,14	7,50	3,40	4,33	3,47
Nordeste Central	5,61	1,50	0,68	0,25	1,41	0,97	3,59	2,19
Nordeste Meridional	4,65	1,15	0,43	0,36	0,81	0,58	1,14	0,72
Minas Gerais	5,21	4,82	0,64	0,53	1,15	0,79	0,54	1,91
Espírito Santo	0,10	0,16	0,06	0,06	0,36	0,42	0,10	0,15
Rio de Janeiro	0,71	0,98	0,43	0,25	0,45	0,34	0,65	1,59
São Paulo	0,00	0,00	5,52	4,28	1,32	1,43	5,88	13,33
Sul	4,02	6,53	13,28	13,31	1,38	1,48	0,65	0,81
Centro Oeste	3,00	4,66	2,56	3,16	6,81	9,60	5,65	14,60
Outros estados	26,67	21,07	24,52	23,08	30,45	31,11	31,81	52,50
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010.

CONCLUSÕES

A rede urbana que organiza espacialmente os diferentes municípios brasileiros mostra a sua complexidade e heterogeneidade. Os grandes municípios concentrados e os menores dispersos pelo território refletem uma distribuição espacial da população que acompanha a diversidade da economia brasileira. As mudanças na rede urbana acompanham as transformações na configuração espacial de uma economia cada vez mais integrada, incorporando novos espaços, e ao mesmo tempo, assegurando a permanência dos graves e históricos desequilíbrios regionais e sociais.

A rede urbana alcança todos os municípios organizando-os e, simultaneamente, estabelecendo uma hierarquia. Do ponto de vista dos espaços de influência migratória, essa hierarquia é nacionalmente comandada pelas regiões metropolitana de São Paulo e, em menor proporção, pelas regiões do Rio de Janeiro e de Brasília. Mas, ela se articula com hierarquias regionais e estaduais garantidas pela centralidade das demais regiões metropolitanas e pelas cidades médias. Contudo, dadas as condições iniciais dos desequilíbrios regionais no Brasil, a hierarquia no plano nacional e regional não prescinde de suas articulações com as trajetórias migratórias que definiram o padrão migratório até os anos oitenta, mas que ainda persistem alimentadas pelo desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro.

A relação hierárquica dos espaços de influência migratória e a situação inercial das trajetórias migratórias tradicionais possibilitam a compreensão do fenômeno da tendência à equivalência do número de imigrantes e de emigrantes. Longe de ter como significado a homogeneização dos espaços econômicos, pelo contrário, ele é a evidência da integração, pela acumulação de capital, dos espaços regionais, inclusive os novos, hierarquizados sob a hegemonia, especialmente, da região metropolitana, mas, também, do estado de São Paulo no seu conjunto. Do ponto de vista migratório, é a integração hierárquica dos diferentes espaços de influência migratória, expressa na inércia das trajetórias migratórias, que explica a redução gradativa dos índices de eficácia migratória.

O processo de concentração nas grandes cidades não metropolitanas e nas regiões metropolitanas, ainda persiste e continuará a persistir. Contudo ele é mais bem compreendido quando considerado como um movimento que se dá no âmbito da hierarquização da rede urbana que articula municípios heterogêneos ou, em outras palavras, que articula espaços diferenciados de influência migratória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Banco de dados agregados - Censo Demográfico e Contagem da População - Séries temporais.** In: IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010Serie.asp?o=2&i=P>>.
- _____. **Composicao_RMs_RIDES_AglomUrbanas_2013_06_30.** Ano de 2014. (Documento em formato xls). Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/..//organizacao_territorial/municipios_por_regioes_metropolitanas/Situacao_2010a2019>. Acesso em junho de 2014.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>.
- BRANDÃO,CARLOS, Território e Desenvolvimento, as múltiplas escalas entre o local e o global, Editora UNICAMP,2007
- BRITO, FAUSTO, ALUISIO DUARTE DE PINHO, A dinâmica do processo de urbanização no Brasil,1940-2010, Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP,2012
- BRITO,FAUSTO, O deslocamento da população urbana para as metrópoles, Estudos Avançados 57, USP, Maio-Agosto de 2006
- BRITO,FAUSTO, RIGOTTI, J. IRINEU, CAMPOS,JARVIS, Mobilidades espacial da população no Brasil no início do século XXI: mudança no padrão migratório.CEDEPLAR, TEXTOS PARA DISCUSSÃO, 2013
- CARVALHO, J.A.M, GARCIA,R.A., Estimativas decenais e quinquenais de saldo migratório e taxas líquidas de migração no Brasil, CEDEPLAR,UFMG,2003
- FARIA, VILMAR, Cinquenta anos de urbanização no Brasil, Novos Estudos CEBRAP, n.29, 1991
- IPEA/IBGE/NESUR,Caracterização e tendência da rede urbana no Brasil, CAMPINAS/IE/UNICAMP,1999
- RIBEIRO, LUIZ CESAR DE QUEIROZ, Metrópoles brasileiras:diversificação, concentração e dispersão, Revista Paranaense de Desenvolvimento, , n.120, Jan-junho, 2011.